

2. Compromisso

EDUARDO DIATAHY B. DE MENEZES*

Hay quienes no pueden imaginar un mundo sin pájaros; hay quienes no pueden imaginar un mundo sin agua; en lo que a mi se refiere, soy incapaz de imaginar un mundo sin libros.

JORGE LUIS BORGES

Por índole ou talvez por hábito, sinto-me inclinado a evitar as solenidades e as funções rituais. Como praticante da Antropologia, no entanto, sei que tais funções cumprem o papel de reforçar laços sociais e de dar relevância a aspectos cruciais de momentos da existência ou a datas previstas no calendário de uma sociedade, ou mesmo a certas ocasiões excepcionais, conforme a significação assinalada na etimologia do termo solene. Noutras palavras, constituem elas ritos instituintes ou de consagração. Até já cheguei a escrever curto ensaio sobre o tema¹. Mas confesso que, emocionalmente, intimamente, não as aprecio de bom grado. Prefiro as situações onde predominam a simplicidade e a espontaneidade das relações, talvez por ser habitado por natural espírito galhofeiro ou talvez por assumir o propalado traço moleque da cultura cearense, que tende obsessivamente a desconstruir pela ironia quase grotesca todo falso louvor ou glória vã.

Não obstante, como aceitei, primeiro, a consulta que, em nome do Instituto, me fez a generosa e nobre figura de seu Presidente, meu ex-professor na antiga Faculdade Católica de Filosofia, e como recebi depois, comovido, a escolha que fizestes na sessão de 20 de dezembro do ano passado, elegendo-me sócio efetivo desta centenária instituição de cultura e de estudo, sou obrigado a acolher as exigências litúrgicas que a tradição desta case impõe à circunstância. Assim, antes de mais nada, quero exprimir minha sincera gratidão pela largueza do ato com que me dispensastes a vossa calorosa manifestação de apreço. Por certo, mais do que em decorrência de méritos que porventura eu os possua, a minha eleição é fruto da conspiração afetiva de alguns bons e velhos amigos que aqui se empenharam nesse propósito, e cujos nomes escuso-me de declinar para não incorrer no deslize da inconfidência nem cometer injustiça com os

* Professor Titular do Departamento de Ciências Sociais e Filosofia – UFC, nos cursos de Doutorado e Mestrado em Sociologia

1 Cf.: Rito, Festa e Romaria (Notes e textos de apoio), Revista de Ciências Sociais-UFC, Fortaleza, v. 18/19, n. 1/2, 1987-88, pp. 37-61.

omitidos. Apresso-me, porém, em sublinhar meu forte agradecimento às palavras amigas e generosas com que me saudou o professor José Liberal de Castro, a quem me prendem vínculos de uma amizade de quase quarenta anos, cimentada por significativos gestos de estima gratuita, de admiração sincera e de sólida lealdade.

Enfim, confesso com naturalidade que não me assiste competência para apreciar a personalidade pública, o desempenho e a obra do meu antecessor, o professor João Hipólito Campos de Oliveira, homem de múltipla atividade, que se estendia pela magistratura trabalhista, pela imprensa e sobretudo pelo magistério, onde se destacou no ensino da língua inglesa e da Geografia. Empobrece-me por outro lado o não ter tido a honra de privar de sua amizade. Apenas recordo sua marcante presença nos eventuais encontros, no clima de camaradagem que se estabelecia na sala dos professores da Faculdade de Filosofia do Ceará. Guardo dele, no entanto, respeitosa lembrança e conspícua admiração. Que a homenagem que prestamos agora à sua memória seja extensiva aos seus familiares.

— * —

Senhores:

Não sou historiador de ofício. Posto não seja esta uma exigência peremptória para o acesso ao Instituto do Ceará, — visto que desde a origem, ostenta ele em sua própria denominação o propósito de abarcar em seus campos de saber nada menos que o histórico, o geográfico e o antropológico, — força é reconhecer que constitui a História a sua área dominante sob todos os pontos de vista. Mas a amplitude de visão dos fundadores e o labor de seus continuadores evitaram que esta, embora prioritária, se tornasse exclusiva. Ora, os amigos estudiosos e pensadores gregos designavam-se como filósofos, “amantes do saber”, por pejo de se chamarem sábios. Também eu, não me sentindo um historiador de ofício, tão-pouco sou jejuno na matéria. Com efeito, parte significativa dos trabalhos que desenvolvi ao longo de minha carreira profissional, eu os produzi nos meus 42 anos de magistério, dedicados a formar gerações de alunos no conhecimento de nossa realidade e no esforço de compreensão de nosso povo, sempre em perspectiva histórica. Aliás, iniciei minha vida de professor pelo ensino do vernáculo e da História do Brasil.

Por outro lado, se a cultura, como sabem os antropólogos, se transmitisse, ainda que fosse na sua mais mínima parte, por via de mecanismos genéticos, a mim assistiria o poder argüir um “direito” de ancestralidade nesta instituição, visto que entre os meus antepassados

encontra-se um de seus ilustres fundadores, de quem, vindo ao mundo aos 21 de fevereiro de 1848, no Quixeramobim, comemoraríamos amanhã os 154 anos de seu nascimento. Mas, por certo, Antônio Bezerra de Menezes, esse reto caráter, não aprovaria semelhante argumento de privilégio, pois, na justa apreciação de Raimundo Girão, “nenhum cearense demonstrou mais amor à sua terra e mais serviço porventura lhe prestou que esse ilustre contrerrâneo”. E quanto a mim, não me agradam os nepotismos de qualquer espécie.

Retomo a minha confissão inicial. Portanto, se não sou um historiador de profissão, muito me apraz todavia definir-me para mim mesmo como um contador de histórias. E até creio, sinceramente, que a tarefa fundamental do intelectual reside nessa capital função narrativa, que assegure o fio de memória da humana aventura, cuja decifração só será fornecida no final do jogo da história.

Tomo um exemplo para ilustrar minha proposição. Na derradeira parte do Macunaíma, quando o herói dessa rapsódia, após ter vivido as vicissitudes e prazeres de sua jocosa e tumultuada saga, principia o caminho de volta à terra de seus ancestrais, trazendo ironicamente como herança aquilo que mais o entusiasmara na civilização paulista: um revólver Smith-Wesson, um relógio Patek e um casal de galinha Legorne. Dos dois primeiros Macunaíma fizera os brincos das orelhas e trazia na mão uma gaiola com o galo e a galinha. Assim, completado o retorno mediante outra série de peripécias, Macunaíma se vê inteiramente só. Os irmãos haviam morrido, a própria tapera caía aos pedaços, enquanto ele, com impaludismo e não tendo animo para trabalhar, armou sua rede entre dois cajueiros no alto dum morro e não saiu mais dela por muitos dias, dormindo caceteado e comendo caju. Até mesmo seu real séquito de papagaios dissolvera-se. Só restara um aruaí muito falador. Macunaíma passava os dias contando suas passadas aventuras para que a ave as aprendesse. E ao amanhecer de cada novo dia, o papagaio tirava o bico de sob a asa, devorava as aranhas que de noite fiavam as teias desde os ramos até o corpo do herói e o acordava gritando o seu nome:

“– Macunaíma! ôh Macunaíma!

– Deixa a gente dormir, aruaí...

– Acorda herói! É de-dia!

– Ah... que preguiça!...

– Pouca saúde e muita saúva. os males do Brasil são!...”

Macunaíma dava então uma grande gargalhada e coçava a ca-

beça cheia de piolho-de-galinha. Aí, o papagaio repetia o cave aprendido na véspera. Macunaíma se orgulhava de tantas glórias passadas e narrava novos casos de sua vida.

No final, aborrecido de tudo e transformado na Ursa Maior, Macunaíma banza solitário no vasto campo celeste. Desse modo, acabou-se a história e morreu a vitória. A tribo se extinguiu. Da família só restaram sombras. A maloca ruína minada pelas saúvas e Macunaíma subira para o empíreo. Naquele imenso silêncio à beira do rio, só o papagaio preservava do esquecimento as frases e feitos do herói. Um dia, pela madrugada, um homem foi até lá. O aruaí contou tudo para ele e depois bateu asas rumo a Lisboa. “E o homem sou eu, minha gente, e eu fiquei para vos contar a história. (...) Me acocorei em riba destas folhas, catei meus carrapatos, ponteei na violinha e em toque rasgado botei a boca no mundo cantando na fala impura as frases e os casos de Macunaíma, herói de nossa gente”². E esse rapsodo, acrescento eu, era Mário de Andrade, herói de nossa modernidade cultural, que identificava em si mesmo uma síntese de nossas contradições ao afirmar: “Sou um tupi tangendo um alaúde!”, “Eu sôu trezentos, eu sou trezentos e cinquenta”³.

Em suma, eu vejo, nessa cena final da obra emblemática do nosso modernismo literário, lingüístico e cultural, a melhor expressão metafórica de minha convicção acerca da primordial função narrativa dos que labutam nos campos do saber.

— * —

Justificada assim minha posição, acredito poder contar com a vossa paciência e cumplicidade para acompanhar o relato sumário de alguns trechos do meu percurso até aqui, nesse momento em que sou acolhido na cordial convivência desta vetusta case de cultivo do espírito.

Comecei cedo, aos 17 anos de idade, o exercício da profissão a que me dedico sem descontinuar até hoje. Assinalo, desde logo, que devo a minha entrada para o magistério ao espírito ousado, inquieto e criativo de Lauro de Oliveira Lima, esse grande educador que exerceu marcada influência sobre os meus primeiros passos nesse território e sobre várias gerações de profissionais dessa área, aqui no Ceará e, posteriormente, em todo o país.

2 Cf.: Andrade, Mário de: *Macunaíma*, o herói sem nenhum caráter, 27A ed. Belo Horizonte: Villa Rica, 1991, p. 129.

3 Respectivamente de: “O Trovador”, *Paulicéia Desvairada* (1922) e *Remate de Males* (1929).

Era eu então, com muito orgulho, estudante do Liceu do Ceará, instituição em que também estudou o Barão de Studart e por onde passou tanta gente ilustre de nossa inteligência. Depois de ter freqüentado inúmeros outros estabelecimentos de ensino merecida ou imerecidamente renomados, posso avaliar com justiça e sublinhar o importante influxo que recebi de dois deles. O primeiro foi a “escolinha” que mantinha minha saudosa tia Eliete na grande mesa da copa, na casa de meu avó paterno, Belarmino Bezerra de Menezes, rijo patriarca de nossos sertões, mas também grande contador de histórias. O outro foi esse mesmo velho Liceu, onde realizei meu estágio de recuperação das defomações sofridas nos demais. Foi, nas modestas instalações de sua rica biblioteca, assim como na benemérita Biblioteca Pública do Estado, que a pouco e pouco desisti da equivocada idéia de fazer Engenharia, na medida em que ia devorando obras históricas como o clássico estudo de Oliveira Lima sobre Dom João VI, a História Secreta do Brasil de Gustavo Barroso – escritor que retornava com freqüência à terra natal e se apresentava como festejado palestrador, que os liceistas ouvíamos encantados –, assim como as histórias um tanto ficcionais de Pedro Calmon sobre nossos imperadores; enfim, os ricos volumes da Brasiliana ou dos Documentos Brasileiros de José Olympio. Foi também aí que tive como mestre a personalidade exemplar do professor Martinz de Aguiar, misto de Sócrates e Diógenes, que me premiou com sua boa amizade e com sua muita sabedoria, e a quem rendo, nesta ocasião, minha comovida e saudosa homenagem.

Foi ainda por esse tempo que ensaiei meus passos iniciais como jornalista bissexto, nas páginas da Gazeta de Notícias. Folheando agora esses velhos papéis, constato surpreso que o meu primeiro artigo, publicado em 5 de julho de 1953, um domingo, tratava justamente da infeliz expedição de Pero Coelho de Souza, princípio do empenho oficial na conquista das terras cearenses. Nesse mesmo ano, comemorava-se o centenário de nascimento de Capistrano de Abreu, cuja vida e cuja obra marcaram indelével e definitivamente o rumo que decidi imprimir aos meus estudos, inclinados doravante, de forma dominante, para as ciências humanas e sociais, a literatura e as línguas. Por essa mesma época, um acidente, durante férias passadas em Maranguape, me levou à farmácia de Pedro Gomes de Matos, que ultimava então seu estudo sobre Capistrano, motivo de intensas trocas que se estabeleceram entre nós. Enfim, não quero deixar passar sob silêncio outra presença marcante no meu convívio do período: refiro-me a essa espécie de anjo tutelar que foi Maria da Conceição Sousa, então bibliotecária do Instituto do Ceará, que acolhia e informava com carinho e competência o jovem liceista curioso que buscava hesitante desvelar a riqueza escondida em sua sede,

situada nos fundos do Museu Histórico e protegida pela Catedral e o Quartel General.

Concluía o curso do Liceu, mas, por um incidente burocrático, não pude inscrever-me para o vestibular: o Inspetor federal viajara de férias sem assinar minha documentação escolar! Assim, escapei da Faculdade de Direito, porém não pude fugir ao serviço militar, que me incorporou no meio do ano de 1954, no agitado momento político que antecederia o suicídio de Vargas e lhe sucedera com inúmeras seqüelas. Essa conjuntura me deixou afastado dos estudos regulares por dois anos. Até que finalmente pude iniciar minha graduação universitária. Já que desistira da Engenharia e deixara de ser mais um dos bacharéis em Direito, e como, por outro lado, considerava fraco o curso de Filosofia da Faculdade Católica, decidi que faria Pedagogia. Contudo, fui surpreendido pelo fato de haver tácita proibição de Dom Antônio de Almeida Lustosa com relação à presença masculina nesse curso, pois que era freqüentado por freiras, razão por que suas aulas eram dadas no Colégio da Imaculada Conceição. Adotei a solução que me pareceu mais razoável para a situação, pois quando esta não pode ser modificada é sinal de sabedoria ajustar-se a ela: fiz o curso de Letras Neolatinas.

No processo de criação da Universidade do Ceará, a Faculdade Católica de Filosofia fora agregada a esta. Tal circunstância e a natural agitação da juventude universitária cedo me puseram em confronto com o Reitor Antônio Martins Filho, a quem tanto critiquei, tendo como único fundamento a presunçosa arrogância dos meus vinte anos. Hoje, repassando a imensa e variada obra que este homem realizou no Ceará, com seu espírito de realista-visionário, antecipador e empreendedor, aproveito a ocasião para uma reconhecida homenagem a quem tanto alargou os horizontes culturais desta terra e efetuou um dos capítulos mais relevantes de sua história social.

Nem bem concluía meu curso de letras, quando, uma noite, no pátio da Faculdade, André Coyné, meu excelente professor de Literatura Francesa, procurou-me para informar que na manhã seguinte, na sede da Aliança Francesa, haveria exame de seleção para uma bolsa de estudo na França. Apesar da surpresa e da falta de tempo, tomei a decisão de apresentar-me na hora marcada. Decisão que significou marcante inflexão no rumo de minha formação. Com efeito, ganhei a única bolsa e um mês mais tarde embarcava no porto do Rio de Janeiro para chegar, doze dias depois, ao porto de Marseille, onde tomei um trem para Paris, ainda tonto com as transformações por que passava em tão curto período.

Entre 1959 e 1960, vivi uma das mais profundas experiências intelectuais de meu acidentado percurso: além da intensa atmosfera

cultural que se respirava em Paris, segui, no Collège de France e na Sorbonne, os cursos de grandes mestres, como Raymond Aron e Georges Gurvitch. À volta deste circulavam jovens professores, como Jean Duvignaud e Georges Balandier, que, mais tarde, tornaram-se amigos e parceiros muito próximos. Mas, acima de tudo, usufruí da inextinguível felicidade de ter sido discípulo de um dos maiores espíritos deste século: o biólogo e epistemologista Jean Piaget, que, desde muito, exercia enorme fascínio intelectual sobre mim. Contudo, a nostalgia da terra natal e a saudade daquela que viria ser minha primeira mulher pesaram significativamente na decisão de encerrar aquela experiência fecunda e retornar ao Brasil.

No ano seguinte, iniciava minha carreira no ensino superior, retornando à Faculdade de Filosofia na dupla condição de professor e de aluno, pois que decidira fazer outro vestibular e entrara, finalmente, para o curso de Pedagogia. Simultaneamente, convidado pelo saudoso governador Parsifal Barroso, assumi o cargo de Diretor do Departamento de Pesquisa e Planejamento da Secretaria de Educação do Estado.

Entretanto, logo depois, as estimulações que moviam meu espírito inquieto me levaram a outro rumo. Submeti-me a nova seleção e ganhei uma bolsa da UNESCO para fazer curso de especialização em pesquisa educacional, na Universidade de São Paulo, em regime de internato e dedicação exclusiva. Assim, em janeiro de 1962 casei com Isolda Castelo Branco, que iria ser minha companheira de vida por cerca de duas décadas. Também ela fora agraciada com uma bolsa para o Curso de Especialista em Educação para a América Latina, na mesma instituição. Partimos assim para São Paulo, onde eu iria vivenciar outra intensa experiência acadêmica: por uma parte, a riqueza do ambiente cultural e científico paulista propiciava informações de primeira ordem e contactos com pesquisadores de alto nível, mas, por outra, recebi como legado um modelo positivista e behaviorista do fazer científico, de que só muito depois me desvinculei mediante a crítica epistemológica a que me dediquei e que me fez perceber seu caráter insidioso e indigente.

Contudo, o balanço final dessa experiência foi bastante positivo. Tanto que de lá retornei como coordenador para o Estado do Ceará de um projeto nacional de investigação sobre o ensino médio e a estrutura sócio-econômica, sob o patrocínio da Universidade de Chicago. Foi essa circunstância que ensejou a minha entrada, em 1963, na Universidade Federal do Ceará, primeiro, como pesquisador e, logo depois, como professor, percorrendo mais tarde, mediante con-

curso públicos, todos os níveis da carreira.

No segundo semestre desse mesmo ano, conheci o jovem historiador norte-americano, Ralph Della Cava, que iniciava seus trabalhos de pesquisa no Brasil e mais especialmente no Ceará, com o propósito de elaborar sua tese de doutorado. Prestei-lhe então toda a ajuda que as minhas condições permitiam, nascendo daí um intenso intercâmbio intelectual e afetivo que se transformou numa amizade que o passar dos anos só fez crescer. Em 1967, quando estive com ele na Universidade de Colúmbia, em Nova York, onde ensinava, observando em que condições institucionais e intelectuais trabalhava um pesquisador norte-americano, é que pude compreender toda a angústia de Ralph ao se deparar com as nossas dificuldades, com os nossos arquivos e com as mutiladas coleções de velhos jornais da Biblioteca Pública. A despeito de tudo isso, daí resultou o Milagre em Joazeiro, a mais bela obra que se produziu sobre o Padre Cícero e sua penosa história.

Dessa época até por volta de 1975, sobreveio doloroso e obscuro período a respeito do qual prefiro silenciar.

Como quer que seja, em 1974 consegui ter aprovado o meu projeto para o doutorado na Universidade de Tours, na França, tendo como orientador o professor Jean Duvignaud. A extensa e complexa obra de Jean Piaget me habitava desde muito como um demônio interior, um grande desafio e muitas indagações. Fui obrigado a refazer estudos de biologia, de lógica simbólica e de matemáticas modernas, a fim de me debater razoavelmente com os modelos explicativos de seu edifício teórico. Eis por que escolhi como tema de tese justamente a sua contribuição para uma Epistemologia das Ciências do Homem⁴, o que me levou à obtenção do Doutorado em Sociologia do Conhecimento, em janeiro de 1976.

Logo que retornei da França, assumi a Coordenação do Mestrado em Sociologia do Desenvolvimento – atualmente Doutorado em Sociologia –, que acabara de ser criado pelo Departamento de Ciências Sociais e Filosofia da Universidade Federal do Ceará. Foi um período de intenso trabalho, de que quero sublinhar apenas dois fatos relevantes para a perspectiva que busco acentuar. O primeiro consistiu em que, dispondo de considerável soma de recursos financeiros

4 Cf.: *Une Épistémologie des sciences de l'Homme-Aspects de la Contribution de Jean Piaget*. Tese de Doutorado em Sociologia do Conhecimento. Tours (França): Université François Rabelais. 1976.

ros proporcionados pela CAPES e o CNPq para instalação desse curso, decidi gastá-los integralmente na aquisição de todas as boas coleções históricas disponíveis no mercado nacional: os *Anais da Biblioteca Nacional* a *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* a *Brasiliiana*, os *Documentos Brasileiros* etc. O segundo fato foi o convite que fiz ao professor Darcy Ribeiro, de passagem por Fortaleza, em 1978, a fim de que viesse proferir palestra para nossos alunos e professores. Essa ocorrência, aparentemente corriqueira, assumiu um relevo significativo. De fato, na conclusão de seu comóvete e fecundo depoimento, o professor Darcy Ribeiro declarou enfático: “o primeiro e mais importante compromisso que vocês devem assumir é o de abandonar toda essa mixórdia de manuais estrangeiros de baixo nível que infestam os nossos cursos e começar a ler todos os volumes da *Revista do Instituto do Ceará*”. Eis aí um sábio conselho ou lição de realidade de quem, paradoxalmente, poder-se-ia esperar fosse inteiramente distanciado de nossa problemática.

Durante cerca de dez anos fui sucessivamente eleito Secretário Regional da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). De modo que, com o apoio efetivo e leal do lúcido Governador Virgílio Távora e do meu caro amigo, o então Reitor Paulo Elpidio de Menezes Neto, mas também com a generosa ajuda de inúmeros colegas, alunos e até humildes funcionários e anônimos colaboradores, coordenei a organização, em Fortaleza, nas dependências da Universidade Federal, da Reunião Anual da SBPC em 1979, que contou com mais de 5.000 participantes. Por essa época passava por Fortaleza Violette Morin, pesquisadora francesa da Escola de Altos Estudos, em Paris, que vinha em visita à sua filha Irène, professora visitante de nosso Mestrado. Numa de nossas conversações, indagou-me espantada como conseguíamos realizar uma reunião científica recobrando tantas áreas de conhecimento e com tal número de participantes, pois, dizia ela, quando, em Paris, pretendemos organizar um congresso num domínio específico, começamos o seu planejamento quatro anos antes. Eu lhe respondi com simplicidade: reside aí a diferença fundamental entre nossos dois mundos; nós possuímos menos regras, temos menos densidade histórica e talvez menor espessura cultural, por isso, sem o peso constrangedor de longa tradição racionalista, improvisamos mais.

A fim de não me alongar em demasia, tentarei, daqui para frente, encurtar os passos e saltar etapas deste resumo fragmentado pelo intuito de sublinhar apenas os aspectos mais ligados a atividades históricas. Portanto, no ano seguinte, submeti-me ao concurso de

Professor Titular. Se, na minha tese de doutorado, eu me prendera a questões mais ou menos universais de lógica das ciências e do estilo cognitivo que configura o campo das Ciências Humanas e Sociais, agora, na nova tese, busquei mergulhar em nossa realidade, examinando algumas dimensões do imaginário social de nossas classes subalternas. Na verdade, tentei encarar com respeito uma de suas mais significativas formas de expressão, que é a narrativa popular em versos, evitando a tradição folclorizante desses estudos: por um lado, utilizando um aprobeche decididamente histórico-social de suas condições de produção e de sua periodização, e, por outro, formulando um modelo simbólico para a sua hermenêutica inspirado na significação do deus Jano, da mitologia romana⁵.

Por esse tempo, eu já aderira claramente ao programa transformador da chamada Nova História. De fato, se se pode admitir o paradoxo segundo o qual os processos de mutação histórica comportam uma data precise, pode-se dizer que a *Nouvelle Histoire* teve o seu atestado de nascimento com a criação da revista *Annales*, em 1929, por Marc Bloch e Lucien Febvre⁶. Mas eu me inclinava sobretudo para uma de suas vertentes mais recentes e que me parecia mais fecunda para os meus interesses teóricos e de pesquisa: refiro-me à *Antropologia Histórica*, que ampliava o campo da historiografia e subvertia o trabalho histórico libertando-o do fetichismo do documento escrito, com a introdução de novos e insuspeitados objetos, novos problemas, novas fontes e novos recursos metodológicos.

Foi assim que, entre 1987 e 1990, organizei dois projetos para realização de programa pós-doutoral em Paris, com a ajuda, primeiro,

5 Cf.: *O Enigma do Jano Caboclo*. (Para uma leitura sociológica da Literatura de Cordel). Tese de Concurso para Professor Titular. Fortaleza: Departamento de Ciências Sociais e Filosofia (UFC), 1980.

6 Além dos livros programáticos desses dois pioneiros da corrente dos *Annales*: BLOCH, Marc: *Apologie pour l'Histoire ou Métier d'historien*. Paris: A. Colin 1964; FEBVRE, Lucien: *Combats pour l'Histoire*. Paris: A. Colin, 1953; podem ser mencionados alguns textos fundamentais sobre sua tendência mais recente conhecida como *Nouvelle Histoire*: LE GOFF, Jacques et NORA, Pierre (éds.): *Faire de l'Histoire*, 3 vols. Paris: Gallimard, 1974; LE GOFF, Jacques, CHARTER, Roger et REVEL, Jacques (éds.): *La Nouvelle Histoire*. "Les Encyclopédies du Savoir Moderne". Paris: Retz, 1978; DUBY, Georges, LE ROY LADURIE, Emmanuel, DE CERTEAU, Michel et al.: *A Nova História*. Lisboa: Edições 70, 1978; DUBY, Georges et LARDREAU, Guy: *Dialogues*. Paris: Flammarion, 1980; BURKE, Peter: *A Revolução Francesa da Historiografia: A Escola dos Annales (1929-1989)*. São Paulo: Unesp, 1991. DOSSE, François: *L'Histoire en Miettes. Des "Annales" à la "Nouvelle Histoire"*. Paris: La Découverte, 1987; enfim, a *Revista USP*, N° 23, set./nov., 1994, dedicou o seu conteúdo à "Nova História".

da CAPES, e, depois, do CNPq. Isso me propiciou a excepcional oportunidade de participar ativamente dos seminários de historiadores como Georges Duby e Jean Delumeau, no Colégio de França, e de Jacques Le Goff e seus colaboradores do Grupo de Antropologia Histórica do Ocidente Medieval, na Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais.

— * —

Senhores:

No início de minha fala, afirmei que considerava a função narrativa como a tarefa básica do trabalhador intelectual. Mas é chegada a hora de especificar melhor os balizamentos dessa proposição. Evidentemente, nada impede que um pesquisador desenvolva um talento ficcional e mitopoético, se ele o possui. Longe de mim a pretensão de seguir os passos de Platão, que exigia a expulsão dos poetas e contadores de história de sua asséptica República. Ao contrário, credo que esse talento constitui um raro dom dos deuses e acredito mesmo que a poética função dos rapsodos e dos profetas salvará a humanidade do esquecimento. Todavia, parece evidente que pretendo agora referir-me a outras modalidades de relato, que não propriamente aquelas que principiam pelo “Era uma vez...”. Sendo assim, pretendo concluir com uma como profissão de fé sobre o que entendo ser o escopo da História.

Esta palavra nos vem do grego antigo e se apóia no termo *ístor*, ‘aquele que viu, aquele que sabe’⁷, ou seja, a idéia segundo a qual a fonte essencial do conhecimento acerca dos acontecimentos humanos vem do testemunho de quem viu. Mas o termo enriqueceu-se ao longo dos séculos e perdeu em precisão. Contudo, se deixarmos de lado outras ambigüidades e nos restringirmos ao território em que atua o historiador, mesmo aí o termo possui pelo menos dois significados: o tempo vivido pelas sociedades humanas e o esforço científico para construir e relatar esses acontecimentos com base na crítica e interpretação das fontes. Quero reter aqui apenas esta derradeira significação: a História enquanto ciência e ofício, a qual também se insere inevitavelmente numa perspectiva histórica.

A arquitetura da História se elabora e se refaz incessantemente no percurso de três processos dialéticos: aquele que se exprime na oposição ou no diálogo entre o passado e o presente, aquele que se dá

7 Cf.: GALVÃO, Ramiz: *Vocabulário Etimológico, Ortográfico e Prosódico das Palavras Portuguesas derivadas da Língua Grega*. [Edição facsimilada da original, de 1909]. Belo Horizonte: Gamier, 1994. Ou ainda: LE GOFF, Jacques: *Histoire et Mémoire*, coll. “Folio-Histoire”. Paris: Gallimard, 1988. pp. 179-180.

no confronto entre o antigo e o moderno, e, enfim, aquele que nasce do antagonismo entre memória e esquecimento. Mas essa não é uma função desencarnada e intemporal; ao contrário, o historiador que colabora para atualizar esse percurso é um ser humano situado e datado, a saber, ele pertence a uma época e a um lugar social providos de uma mentalidade histórica, e não poderá eximir-se de uma ética e de um compromisso com os demais seres humanos. Isso exige de sua tarefa que vá muito além do simples estabelecer “como as coisas realmente se passaram” (Ranke). Nós, representantes da modernidade, somos prisioneiros da concepção científica do tempo como *continuum* mensurável, concepção altamente refinada, muito abstrata, e largamente desprovida de sentido na perspectiva humana comum. Na verdade, se considerarmos o tempo em sua duração, constataremos que ele não é percebido como uma quantidade mensurável, mas como uma qualidade associativa e emocional⁸.

Imagino que duas invenções humanas exprimem, respectivamente, cada uma dessas duas modalidades de concepção do tempo: o relógio e o calendário. Cada um deles marca o tempo de maneira radicalmente diversa. O historicismo sustenta a idéia relojoeira de um progresso da humanidade através da história. Mas, conforme observe um dos mais lúcidos dos frankfurtianos, em suas *“Teses sobre a filosofia da História”*, essa idéia é inseparável de sua marcha no interior de um tempo homogêneo e vazio, e a crítica da idéia do progresso implica como pressuposto a crítica da idéia dessa marcha, visto que a história é objeto de uma construção cujo lugar não é esse tempo vazio e homogêneo, mas um tempo saturado de *agoras*⁹. Em geral, a consciência que busca explodir essa concepção do *continuum* da história tende a ocorrer nos momentos de transformações bruscas, que assinalam um novo dia no calendário. E um dos exemplos mais expressivos do surgimento dessa consciência se deu por ocasião da Revolução Francesa, quando, ao entardecer do primeiro dia de combate, constatou-se que em vários bairros de Paris, independentemente e no mesmo momento, dispararam tiros contra os relógios das torres. Uma testemunha ocular registrou o incidente em versos proféticos:

“Irritados contra a hora – quem o creria?!
Os novos Josués, ao pé de cada torre,

8 Apud FINLEY, Moses I.: *Mythe, Mémoire et Histoire*. Les usages du passé. Paris: Flammarion, 1981, pp. 16-17.

9 Cf.: BENJAMIN, Walter: “Thèses sur la philosophie de l’histoire”, in *Oeuvres*, t. II: Poésie et Révolution. Paris: Denoël, 1971, p. 285.i

*Atiraram contra os relógios a fim de parar o dia.*¹⁰

Recorro ainda a outra tese de Walter Benjamin, quando este recorda que Fustel de Coulanges recomendava ao historiador interessado em penetrar no âmago de uma época que esquecesse tudo quanto sabia sobre fases posteriores da história. Esse é o método da empatia. Todavia, pergunta o crítico: afinal, com *quem* o historicista estabelece a relação de empatia? A resposta é inequívoca: com os vencedores. Ora, os que dominam num momento são os herdeiros dos que venceram antes. Assim, a empatia com os vencedores beneficia sempre os dominadores. Como de praxe, os despojos de tais vitórias são levados em cortejos triunfais e esses despojos são em geral o que chamamos de bens culturais. Desse modo, em sua grande maioria, os monumentos da civilização são também monumentos da barbárie, pois esses bens culturais devem sua existência não apenas ao esforço dos grandes gênios que os criaram, mas também à corvéia anônima dos seus contemporâneos. Por outro lado, a tradição dos oprimidos nos ensina que o “estado de exceção” em que vivemos é a regra geral. Precisamos pois construir uma concepção de História que corresponda a isso. E portanto, a tarefa do historiador crítico é a de “*escovar a história a contrapelo*.”¹¹

É quase inevitável aproximar essas duras palavras sobre a verdadeira face da história da civilização desta candente declaração de nosso Capistrano de Abreu, em carta, de 16 de julho de 1920, ao seu

10 Dou os versos originais que me parecem mais fortes do que os da minha tradução: “Qui le croirait? on dit qu’irrités contre l’heure/De nouveaux Josués, au pied de chaque tour,/Tiraient sur les cadrans pour arrêter le jour”.

11 *Op. cit.*, pp. 280-281. Na conclusão de suas *Teses...*, W. Benjamin insiste no seu argumento ao lembrar que o historicismo contenta-se com estabelecer um laço causal entre os diversos momentos da história, embora nenhum fato, por ser causa, jamais constitua só por isso um fato histórico; ele se torna isso postumamente, graças a acontecimentos que dele podem estar separados por milênios. Consciente disso, o historiador renuncia a debulhar a seqüência dos acontecimentos como se fossem as contas de um rosário. Ao contrário, ele capta a constelação na qual sua época entrou em contacto com uma época anterior perfeitamente determinada, fundando assim um conceito do presente como um “agora” no qual penetraram estilhaços do messiânico (pp. 287-288). E ele termina com este comentário: “Sabe-se que era proibido aos Judeus predizer o futuro. A Torá e a prece ensinam-se ao contrário na rememoração. Para eles, a rememoração desencantava o futuro, ao qual sucumbiam aqueles que consultavam os adivinhos. Mas nem por isso o futuro se tornou para os Judeus um tempo homogêneo e vazio. Pois nele cada segundo era a estreita porta pela qual podia passar o Messias” (p. 288).

amigo, o historiador português João Lúcio de Azevedo: "*A mim preocupa o povo, durante três séculos, capado e recapado, sangrado e ressangrado...*"¹²

Senhores:

Neste momento em que assumo solenemente as responsabilidades de sócio efetivo do Instituto do Ceará, caberia indagar sobre o perfil atual que caracterizaria esta instituição e sobre a modalidade de História que nos compete construir. Desde que perdemos o estatuto colonial, com a vinda da corte portuguesa, até os anos 30 do atual século, não possuíamos propriamente instituição universitária, mas apenas estabelecimentos isolados de ensino superior restritos às tradicionais escolas de Direito, Medicina, Politécnica, etc. Assim, as atividades criativas no campo das humanidades e das ciências sociais ou constituíam função vicária do talento polivalente de nossos bacharéis e clérigos, ou se desenvolviam ao acaso do autodidatismo. Nessa circunstância, os Institutos Históricos preenchem a alto papel de preservar o acervo dessa produção e propiciar o ambiente estimulante e eficaz para o seu crescimento. Era, pois, normal que fossem até recentemente considerados como nossas mais altas casas de cultura. Todavia, com as transformações sócio-econômicas e as agitações de nossa paisagem política e cultural nas primeiras décadas deste século, surgiram as condições necessárias para a emergência das universidades. Com sua ampliação numérica e com a consolidação de novas perspectivas teóricas e metodológicas que elas trouxeram, era natural que parte significativa do que antes se produzia nos antigos institutos e academias de letras passasse para os correspondentes departamentos universitários. Tudo indica portanto que o vetor histórico aponta hoje na direção de uma estreita colaboração entre essas duas categorias institucionais de modo a interfecundar suas respectivas tradições.

Não tenho pronta a resposta sobre qual o tipo de História é exigido de nós na presente conjuntura. Mas creio que há questões anteriores e mais prementes com relação à elaboração de nossa peculiaridade como povo e como experiência cultural organizada. Ora, um velho lugar-comum sustenta que "a língua portuguesa é o túmulo do pensamento". Por sua vez, Michelet asseverava que "a história de França começa com a língua francesa". Que poderemos nós afirmar

12 ABREU, João Capistrano de: *Correspondência de Capistrano de Abreu*, t. II. Edição organizada e prefaciada por José Honório Rodrigues. Rio de Janeiro: MEC-INL, 1954, p. 166.

da história do Brasil, país que sequer possui uma língua própria? Por certo a resposta não está na conclusão apressada e intemporal que o país não tem história. Todavia, diante dessa realidade hesitante e mal definida, que parte cabe a nós nessa construção? – Nesse sentido, seria bom não esquecer esta palavra de Nietzsche: “*Precisamos da história, mas não como dela precisam os ociosos que passeiam no jardim do saber*”¹³.

Senhores:

No encerramento deste testemunho me resta a incômoda sensação de ter veiculado uma imagem excessivamente individual e talvez heroificada de meu percurso intelectual. No entanto, recordo uma refinada observação de Jean Piaget segundo a qual toda história pessoal constitui, na verdade, uma *simbiografia*, visto que todo ser humano é uma encruzilhada existencial. Além disso, conforme assevera Jorge Luis Borges no seu *O Aleph*, “...os verbos viver e sonhar são rigorosamente sinônimos». Seria, pois, estranho que eu pretendesse algo diferente dessa condição. De fato, tudo quanto aqui resumi é o resultado das inúmeras contribuições e lições que recebi ao longo da minha história. Em primeiro lugar, dos meus pais, Rosa de Oliveira e José Bezerra de Menezes, sem favor, modelos de trabalho, de honradez e de dedicação à vida; e dos meus irmãos com quem me debati amistosamente para desenhar o meu próprio caminho. Em segundo lugar, dos meus filhos, David, Eduardo e Lise, cuja alegre mas exigente amizade me obriga a uma permanente aprendizagem e reformulação de conceitos, de valores e de atitudes. Em seguida, de todos os meus amigos, presentes ou ausentes, próximos ou longínquos, e entre os quais incluo mestres, colegas e alunos: eles fazem parte em graus diversos do oceano em que navego. Por fim, mas numa posição muito especial, de minha atual companheira, Zaíra Ary, que compartilha criticamente de meus trabalhos e carinhosamente de minhas dores e alegrias. A todos quero exprimir neste momento meus sinceros agradecimentos mediante esta palavra do Dr. Alceu Amoroso Lima, que guardo na memória desde a adolescência: “*As bibliotecas do mundo inteiro não valem um gesto de amor*”¹⁴.

13 *Apud* BENJAMIN, Walter: *op. cit.*, p. 284.

14 Hesitei a princípio entre essa palavra de mestre Alceu e esta outra de São João da Cruz que preservo desde a mesma época: “No entardecer da vida, vós sereis julgados no amor” (*apud* MARITAIN, Jacques et Raïssa: *De la Vie d'Oraison*, nouvelle éd. revue et augmentée. Paris: A l'Art Catholique, 1947, p. 27).